

GEOGRAFIA DO ESPAÇO ESCOLAR: UM OLHAR A PARTIR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICO-MOTORA

JULIANDERSSON VICTORIA ALEXANDRE¹; LIZ CRISTIANE DIAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – juliandersonvictoria@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – liz.dias@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado a seguir vem sendo desenvolvido como pesquisa de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia e tem como intuito aprofundar o debate a cerca da inclusão de alunos com deficiência físico-motora nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Pelotas-RS, tendo como parâmetro a política nacional de educação especial, sendo que como sinaliza Montoan, 2006 a inclusão “prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, na qual todos os alunos, sem exceção, devem freqüentar as salas de aula do ensino regular.”

Todavia, sabemos que esse processo de inclusão contempla a aceitação das diferenças em nosso conjunto atual de sociedade e todos os seus processos culturais, sociais e econômicos. As minorias sofrem com a segregação e a discriminação por não estarem relacionadas há um estereotipo que é tido como o certo.

Neste contexto a inclusão destas minorias em todos os ambientes públicos necessita ser prioridade, a fim de promover o entendimento da diversidade existente que é respaldado por políticas públicas. Mantoan, 2001, defende que ao não lidarmos com as diferenças “não percebemos a diversidade que nos cerca, nem os muitos aspectos em que somos diferentes uns dos outros”.

Para a Geografia um desses aspectos de diferença materializa-se na concepção e percepção do espaço que construímos ao longo de nossa existência. No caso da deficiência físico-motora a relação sujeito e espaço são intrínsecos ao ato de pensar e agir, sendo que as pessoas com necessidades motoras necessitam analisar (conhecer e decifrar) o espaço, antes mesmo de interagir com ele, a fim de, posteriormente se apropriarem do mesmo, essa apropriação se refletirá diretamente na acessibilidade.

Tal dificuldade de acesso ao espaço escolar tem estreita relação com a Geografia. Sasaki, 2005 descreve que na acessibilidade arquitetônica são eliminadas as barreiras ambientais e físicas dos recintos internos e externos, exibindo assim, a visão diferenciada do espaço do aluno com necessidades especiais com destaque para os alunos com deficiência físico-motora.

Dessa forma, um dos questionamentos deste trabalho é se o espaço escolar das escolas regulares da cidade de Pelotas propicia condições de acessibilidade adequadas ao aluno com esse tipo de deficiência, que se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo-articular, o sistema muscular e/ou o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam um destes sistemas podem produzir limitações físicas variáveis de acordo com a parte do corpo afetada, alterando o seu desempenho motor ocasionando alterações ortopédicas e/ou neurológicas, Brasil, 2006.

Essa pesquisa também pretende compreender como é realizada a apropriação deste espaço pelo aluno, ou seja, os alunos com deficiência físico-motora escolhem as escolas devido as suas características físicas (espaço físico

acessível), por localidade (próxima as suas casas) ou por indicação das secretarias de ensino? E as escolas como se “adaptam” a essa nova demanda?

Tal relação do aluno com deficiência físico-motora com o espaço e as condições de acesso no ambiente escolar comprova a importância do tema, pois com a análise de documentos, pesquisas de campo e da legislação podem realizar um levantamento de como as escolas estão adequando-se para receber estes alunos, investigando se esta sendo oferecida a acessibilidade e as perspectivas relacionadas à educação inclusiva.

2. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida trata-se de um trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Geografia e para alcançar seus objetivos estão sendo realizadas diferentes etapas:

1. Análise de documentos teóricos sobre o tema: inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em particular com deficiência físico-motora, bem como análise de documentos oficiais que trazem todo contexto histórico da educação inclusiva no Brasil e o avanço de suas políticas públicas através de leis instituídas em nossa constituição.

2. Trabalhos de campo nas escolas municipais de Pelotas-RS para verificar como estão às adequações as leis relativas à acessibilidade de alunos com deficiência físico-motora, de acordo com a política nacional de educação especial.

3. Entrevistas com alunos, professores e equipe diretiva das escolas em que se percebe a presença de alunos com a deficiência para compreender como ambos avaliam o processo de inclusão nas mesmas, bem como para analisar com base nos depoimentos dos alunos como é realizada a sua apropriação do espaço escolar.

Os dados obtidos na pesquisa estão sendo organizados com base na análise de conteúdo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse trabalho está em fase de desenvolvimento com obtenção de dados juntamente com análise de documentos referentes ao tema e revisão de referencial bibliográfico.

Em 1999 a declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes de discriminação e que, alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular (BRASIL, 2006, p 330).

Em 2001 o decreto nºs 3956 promulga a convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência realizada na Guatemala. Tal declaração demorou a repercutir no Brasil, mas com o avanço das políticas públicas e as leis de diretrizes e bases da educação as escolas estão se integrando as leis, o que reflete no número de matrículas no ensino fundamental de alunos portadores de necessidades especiais.

Com relação aos dados da educação especial, o censo escolar registra uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006 (BRASIL. INEP. censo escolar, 2006). Todavia, sabemos que essa “política de números” apesar de ser um

avanço, no que diz respeito à inclusão, está distante de ser ideal e adequada para aqueles que são inclusos.

Com essa pesquisa, percebe-se que muitas vezes as condições necessárias a inclusão só são realizadas posteriormente ao processo de inserção dos alunos com necessidades especiais nas escolas, no caso da cidade de Pelotas-RS, com base em relatos de alunos, isso é ainda mais freqüente, pois se trata de uma cidade em que muitas escolas funcionam em antigos casarões sem estruturas, mesmo que adaptadas deixam de propiciar a esse aluno condições mínimas de acessibilidade, o que muitas vezes dificulta a construção de relações afetivas com o espaço uma vez que, a impossibilidade de acesso não permite que o mesmo se aproprie de suas dependências ficando muitas vezes restritos a sala de aula, pátio e banheiro.

Em 1999 o decreto n 3298 que regulamenta a lei n 7853/89, ao dispor sobre a política nacional para integração da pessoa com deficiência motora define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Contudo, a inclusão escolar em particular aos alunos com deficiência físico-motora, vai além das modalidades de ensino e só terá êxito se houver adequações de espaço físico. A lei atual de diretrizes e bases da educação nacional lei n 9394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organizações específicas para atender as suas necessidades e sem dizer que muitas vezes as barreiras estão escondidas, oriundas de condições de acessibilidade, da organização escolar e do currículo. Rodrigues, 2008 explica que tal processo de inclusão é complexo e necessita do cumprimento das políticas públicas para se ter o efeito necessário.

4. CONCLUSÕES

Tais experiências voltadas para a escola e a realidade do aluno com alguma necessidade especial referente à deficiência físico-motora estão sempre transformando o espaço, pois, para Santos, 1994, o lugar abarca uma permanente mudança, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre transformando o espaço geográfico, sendo assim, a análise dos dados revela como as escolas municipais da cidade de Pelotas estão se adaptando aos seus alunos com necessidades especiais e suas relações com a modificação e visão do espaço escolar e todas as condições que possibilita a qualquer sujeito, independente da necessidade específica que apresente transitar, relacionar-se, comunicar-se em todos os ambientes com segurança autonomia e independência, Sasaki, 2005.

Além do que, compreende-se necessário que esse aluno também seja capaz de relacionar-se com o espaço em que está inserido, podendo extrair e imprimir no mesmo, manifestações da sua identidade e sua capacidade motora, aspecto intrínseco da sua relação com o espaço e por conseqüência com o mundo, que deve ser aceito e integrado por uma sociedade que entenda que todos somos diferentes, portanto, especiais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. INEP. Censo Escolar, 2006

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

MANTOAN, M. T. É. Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memnon, edições científicas, 2001.

MANTOAN, M. T. É. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna. 2001.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec 1997.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SASSAKI, R. K. Inclusão: O Paradigma do Século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, nº 1, 2005.

RODRIGUES, D. Dez idéias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.